

## **Educação em Economia Solidária: Formação e Assessoria Técnica**

### **PREÂMBULO**

A **I Conferência Nacional de Economia Solidária**, em 2006, propôs um conjunto de diretrizes e prioridades para a formulação de uma política pública de economia solidária, entre as quais se insere a formação articulada e integrada à assistência técnica; a ampliação da inserção da economia solidária nos programas existentes de elevação de escolaridade e de qualificação social; a inserção das práticas e valores da economia solidária nos currículos e projetos pedagógicos de forma transversal e interdisciplinar nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), incluindo a formação de educadores/as do Sistema Público de Ensino e o desenvolvimento de material didático; a formação sistemática de gestores públicos para implementação de ações de Economia Solidária nos diversos níveis governamentais.

O conjunto destas diretrizes já apresentava, portanto, elementos que transcendem uma política de formação e assessoria técnica, numa perspectiva de construção de políticas de educação em economia solidária. Assim, segundo a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, realizada em 12 e 13 de abril de 2010, as orientações construídas em 2006, e outras que se inserem na construção da Conferência, se inserem nesta perspectiva.

O debate realizado pelos delegados e delegadas na Conferência Temática preparatória para a II Conferência Nacional de Economia Solidária reflete o acúmulo dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), das entidades de Apoio e Fomento (EAF) e dos Gestores Públicos (municipais, estaduais e federais), bem como de outras organizações, movimentos sociais e redes de educadores, como Fórum de Educadores de Jovens e Adultos (EJA) e da Rede de Educação Cidadã (RECID), por exemplo, frente às demandas e práticas vividas nos últimos quatro anos, relacionadas à construção de referências político-metodológicas para a educação em economia solidária.

A própria trajetória do movimento da economia solidária e das políticas públicas já apresenta um significativo acervo de experiências formativas, de assessoria técnica e de processos socioculturais em economia solidária, envolvendo várias iniciativas do ponto de vista metodológico e pedagógico que têm mobilizado diversos segmentos sociais e identitários.

Desta forma, se reconhece um percurso que busca enfrentar os desafios da economia solidária, em especial, dos empreendimentos econômicos solidários, garantindo uma vida digna para milhões de pessoas que vivem do trabalho com base na organização associativa e na distribuição equitativa dos resultados. Trata-se de uma perspectiva para homens e mulheres que buscam a emancipação do e no trabalho através de relações sociais que visam uma sociedade democrática e ambientalmente sustentável.

Neste sentido, sua lógica econômica está assentada em valores e princípios que contrariam a cultura hegemônica da competição, acumulação e individualismo. Por isso, os desafios que têm sido enfrentados não têm se pautado apenas por uma resposta pontual à crise do emprego, mas como estratégia de desenvolvimento a partir da construção de novas práticas econômicas que tentam responder às necessidades e aspirações de seus integrantes. E, assim, também desafiam a institucionalidade atual ao propor ao Estado novas regulações, como o direito ao trabalho associado.

O desafio se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista.

Assim, existe um sentido pedagógico inerente à economia solidária, pois a aprendizagem se dá a partir das próprias experiências concretas que colocam a todos, sejam educandos/as ou

educadores, em processos de transformação sociocultural. Isso reforça e justifica a importância da construção de uma política pública de educação em economia solidária, que não se restrinja apenas ao domínio de técnicas e habilidades para a produção, embora tenhamos que trabalhar na perspectiva de construção de tecnologias (sociais) apropriadas à sua realidade.

Os(as) trabalhadores(as) da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca de seu bem-estar no mundo. Para isso, é fundamental combinar processos integrados de sistematização de técnicas, habilidades e processos de trabalho e produção já construídos e vivenciados com o desenvolvimento de pesquisas participativas para a ampliação das capacidades, das técnicas e ferramentas de trabalho e de novas relações com os recursos naturais e entre os/as participantes. Sendo assim, a questão do acesso ao conhecimento e da apropriação e desenvolvimento de técnicas e tecnologias se coloca como pressuposto para a afirmação e a sustentabilidade dos EES e da própria economia solidária.

É nesta perspectiva que a Conferência Temática entende a importância do estudo, da pesquisa e da aprendizagem sobre técnicas, profissões e tecnologias sociais. Porém, a desigualdade histórica de acesso à educação ainda se apresenta como um desafio a ser equacionado tanto no que diz respeito a criar oportunidades de alfabetização e de elevação da escolaridade quanto de valorização e certificação de saberes.

É importante lembrar que alguns passos já foram dados nesta direção. Por exemplo, no caso do governo federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária promoveu a articulação da formação em economia solidária com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a parceria com a Educação de Jovens e Adultos e Elevação de Escolaridade de trabalhadores(as). Também é possível elencar outras iniciativas relevantes como a formação de formadores/as e educadores/as da economia solidária, sejam de EES ou de EAF, que atuam na formação e na assessoria técnica em economia solidária; ou a formação de gestores públicos da economia solidária que atuam nas esferas federal, estadual e municipal. Em grande parte, essas iniciativas têm sido realizadas em parceria com a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. Neste contexto de expansão da política de formação em economia solidária estão sendo implantados os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), os Núcleos de Assistência Técnica em Economia Solidária (NEATES), os Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQ), entre outros.

Nesse percurso, a criação do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT) instituído no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), através da Resolução nº 1, de 07 de dezembro de 2006/GM, tem sido de grande importância. Pois, sua missão é de “realizar estudos de aprofundamento e elaboração de propostas para subsidiar o CNES no que se refere às temáticas da formação e assistência técnica para a economia solidária” (Regimento Interno do CTFAT). Tem se dado, também, a partir do CTFAT, o reconhecimento institucional dos acúmulos já alcançados pelo movimento de economia solidária, sistematizados nas 1ª e 2ª Oficinas e da I a IV Plenárias, bem como na implementação das resoluções da 1ª Conferência Nacional, no que se refere à formação, assessoria técnica e outros processos socioculturais inerentes a uma política de educação em economia solidária.

Os seminários regionais e nacional de formação e assistência técnica, organizados pelo conjunto dos CFES, foram espaços significativos para superar a possível separação que se faziam entre processos formativos e assessoria técnica, em 2009. Tais eventos foram orientados pelo Termo de Referência *Política Nacional de Formação*, elaborado pelo CTFAT, o qual revela a existência de uma convergência político-metodológica entre as ações de formação e assessoria técnica desenvolvidas na economia solidária por distintos atores sociais.

Assim, a própria realização desta Conferência Temática representa um momento de convergência dos processos de debate público coordenados pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e das reflexões e experiências que vêm ocorrendo no Brasil no seio do próprio movimento articulado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nos últimos dois anos, esse espaço de articulação dos diversos movimentos e atores da economia solidária foi essencial para

consolidar a proposta de construção de uma política nacional de educação em economia solidária com vistas a ampliar o potencial emancipatório das iniciativas associativas solidárias.

Este documento apresenta a sistematização das discussões realizadas na Conferência Temática, com o objetivo de favorecer o aprofundamento do tema nas Conferências Estaduais e na Nacional.

## **1. Referências para a Educação em Economia Solidária.**

### **1.1. Da Concepção**

A educação em economia solidária é definida como uma “construção social”, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política.

A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade.

A formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Entendendo práxis como a inter-relação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em novas ideias e ações. (parece-me que nesta segunda parte do parágrafo falta alguma coisa. Ou poderia começar assim: “Entende-se como práxis...”

A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

### **1.2 Das diretrizes político-metodológicas**

São diretrizes político-metodológicas da educação em economia solidária:

- a) Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- b) Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;
- c) Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários. A orientação pedagógico-metodológica da formação em economia solidária valoriza os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero;
- d) Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das

- iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- e) Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
  - f) Resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores(as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;
  - g) Articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc. Realizar a complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade, assim como a interlocução entre esses sujeitos e as diferentes legislações que se relacionam com a Economia Solidária das quais os Empreendimentos Econômicos Solidários podem participar/se beneficiar;
  - h) Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Os processos pedagógicos voltados à busca de melhor aproveitamento dos meios de produção disponíveis, melhoria da qualidade dos produtos e serviços realizados, utilização de novos materiais etc., devem ser parte integrante do processo de gestão coletiva dos empreendimentos, das redes de cooperação e cadeias solidárias;
  - i) Pressupõem a formação continuada e permanente dos diversos formadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários. A tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojeto ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação;
  - j) Devem envolver a diversidade das iniciativas e manifestações da Economia Solidária, incluindo o planejamento, produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças e consumo solidários, redes e cadeias de cooperação;
  - k) Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos Empreendimentos Econômicos Solidários;
  - l) Considerar as perspectivas de desenvolvimento desde o local como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;
  - m) Promoção da saúde, segurança, qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, suas famílias e comunidades;

- n) Considerar na construção do conhecimento a importância da relação respeitosa com outros seres vivos como parte de uma dimensão ecológica;
- o) Ter a pesquisa participativa como referencia de estratégias de ação e construção do conhecimento;
- p) Devem considerar a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares;
- q) Devem contribuir para constituição e fortalecimento da rede nacional de formadores em Economia Solidária podendo articular com outros formadores envolvidos com a temática da Economia Solidária;
- r) Devem contemplar ações educativas que se destinam a consolidar a estruturação e a sistematização do funcionamento dos fóruns visando fortalecer o movimento da economia solidaria.

### **1.3 Dos conteúdos**

Os conteúdos da educação em economia solidária devem ser definidos a partir de um levantamento das demandas dos sujeitos da economia solidária, voltados para a construção de uma concepção crítica da realidade. É fundamental que a cooperação e a solidariedade sejam resgatadas como valores humanizadores, implicando numa mudança cultural que resulta na transformação da vida em sociedade.

Tais conteúdos devem conferir autonomia crescente aos trabalhadores e trabalhadoras e aos Empreendimentos Econômicos Solidários, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável e solidário, das articulações em redes e cadeias de cooperação e com outros movimentos sociais.

Foram Sugeridos os seguintes eixos temáticos e conteúdos:

#### **Eixo 1. Qualificação técnica para a produção a partir das demandas dos empreendimentos econômicos solidários;**

É importante registrar que no debate realizado na conferência foi dado ênfase à necessidade de propormos estruturas que qualifiquem os EES do ponto de vista técnico da produção (melhoria da qualidade dos produtos e processos).

#### **Eixo 2. A economia Solidaria como estratégia de desenvolvimento;**

Organização do Estado e suas implicações na realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária;

Formação Social da America Latina e do Brasil e os processos de organização social e política dos trabalhadores e das trabalhadoras;

Análise de conjuntura local, estado, regional, nacional e internacional;

O marco jurídico da Economia Solidária e sua relação com a legislação vigente;

Cultura e arte;

Redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias;

#### **Eixo 3. Formação sócio- Política e constituição dos sujeitos;**

Historia do Trabalho e as perspectivas do trabalho emancipatório na construção de uma sociedade justa e solidaria;

Processo de constituição de identidade do sujeito político, considerando gênero, geração, raça e etnia;

Direitos do trabalhador associado e da cidadania;

A luta histórica das mulheres no mundo do trabalho;

Organização e estratégias de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras;

Movimentos sociais;

Soberania e Segurança alimentar;

#### **Eixo 4. Formação e Assessoria Técnica para Autogestão;**

Educação popular;

Saúde e segurança do Trabalhador e da trabalhadora;

Constituição e organização dos empreendimentos da Economia Solidária;

Autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários;

Relações humanas e afetividade;

Análise participativa da viabilidade econômica do empreendimento;

Diagnóstico e planejamento estratégico participativos;

Aspectos contábeis e financeiros, jurídicos e tributários;

Pesquisa participativa;

#### **Eixo 5. Processos de produção, comercialização, consumo e finanças solidarias.**

Sustentabilidade dos EES;

Monitoramento e avaliação dos processos de produção, comercialização e consumo, das redes e cadeias produtivas solidárias;

Experiências de Tecnologia social (Software livre e inclusão digital, agroecologia);

Certificação dos produtos, serviços e de EES;

Comunicação e divulgação solidária;

Intercooperação entre iniciativas econômicas solidárias;

Consumo consciente e comercio justo;

Finanças e trocas solidárias;

Outros temas poderão ser incorporados tendo em vista as demandas dos sujeitos da economia solidaria.

#### **1.4. Da sistematização**

A sistematização como resultado dos processos de construção do conhecimento e parte do processo formativo deve ser realizada pelos/com os sujeitos envolvidos na ação. São objetivos da sistematização:

- a. Promover a reflexão crítica sobre a prática visando aprimorá-la;
- b. Socializar os conhecimentos produzidos de forma a inspirar outras experiências;
- c. Contribuir para identificar e referenciar áreas e campos de pesquisa;
- d. Validar coletivamente o conhecimento e as práticas formativas;
- e. Construir instrumentos técnicos e simbólicos, visando incorporar indicadores qualitativos e quantitativos (simbólicos, de sustentabilidade, Econômicos, Políticos e ambientais, etc.) que apontem para uma avaliação de educação em economia solidaria.
- f. Construir processos coletivos de formação, consolidando redes, cadeias e trocas de experiências.

### **1.5. Do público prioritário.**

São sujeitos e público prioritário da educação em economia solidária:

- a) Trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos de economia solidária ou em processo de organização;
- b) Sujeitos de direitos das diversas políticas públicas nas três esferas de governo;
- c) Formadores e formadoras em Economia Solidária incluindo os trabalhadores e trabalhadoras de EES que assumem tarefas formativas, dirigentes políticos de organizações (fóruns e redes) da economia solidária, movimentos sociais, lideranças de base, agentes comunitários de desenvolvimento, assessores e técnicos de entidades de apoio assessoria e fomento, universidades, centros de pesquisas e programas governamentais, etc;
- d) Educadores e educadoras e profissionais da educação do sistema formal nos diferentes níveis e modalidades;
- e) Educadores populares que atuam diretamente com a educação e formação em Economia Solidaria;
- f) Gestores/as públicos que atuam com políticas, programas e ações nas esferas federal, estadual e municipal.

## **2. Referências para as políticas de formação em Economia Solidária.**

### **2.1. Diretrizes**

A Conferência Temática Nacional propõe que as diversas políticas públicas que desenvolvem atividades de educação em Economia Solidária adotem as seguintes diretrizes:

- a) O acesso às políticas públicas de formação e assessoria técnica em ES é considerado direito do trabalho associado, cabendo ao Estado garantir recursos permanentes para o financiamento de ações voltadas para o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas dos empreendimentos econômicos solidários e para processos formativos continuados e sua universalização;
- b) Articulação das ações de educação em economia Solidaria com outras políticas de fortalecimento do trabalho associado tais como: crédito orientado, marco jurídico,

- comercialização, consumo ético, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, segurança alimentar, meio-ambiente dentre outros, com os programas que ofertam atividades de assessoria técnica e/ou tecnológica ao trabalho associado;
- c) Participação e controle social. Política democrática e institucionalização da participação ativa dos sujeitos da Economia Solidária nos processos de decisão, implementação, acompanhamento **monitoramento** e avaliação da política de formação. Exercer controle social participativo da execução com o envolvimento efetivo dos fóruns de Economia Solidária;
  - d) Fortalecimento da experiência histórica de formação em Economia Solidária tendo como base a constituição de uma Rede Nacional de Formadores com acúmulo na formação em Economia Solidária;
  - e) Implementação de processos específicos para a formação em Economia Solidária incluindo a formação de formadores, a sistematização, e socialização de metodologias e materiais pedagógicos;
  - f) Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, entre outros;
  - g) Incorporação da Economia Solidária nas políticas de educação e de qualificação social e profissional (básica a superior), em especial, nos programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e qualificação social e profissional;
  - h) Ampliação e potencialização dos instrumentos e políticas públicas para a formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, inclusive prevendo-se o acesso aos fundos públicos existentes, tendo em vista a construção de ações permanentes e sistemáticas de assessoramento técnico e tecnológico, em conformidade com os princípios e diretrizes aqui estabelecidos;
  - i) As ações de pesquisa e a experimentação devem estar acompanhadas do compromisso de devolução dos conhecimentos resultantes dos processos investigativos;
  - j) Ao considerar os empreendimentos como sujeitos da política pública, o “fazer com” e não o “fazer para”, os mesmos devem ser considerados como educadores e educadoras na realização de processos estruturados e planejados de troca de experiências entre empreendimentos econômicos solidários, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento à economia solidária e os gestores públicos;

### 3. Estratégias e Recursos

Para uma política de educação em economia solidária é preciso considerar alguns esforços:

- a) **Mobilização e articulação intersetorial dos instrumentos existentes.** As políticas no campo da educação para a Economia Solidária devem abranger desde os investimentos em qualificação social e profissional aos trabalhadores e trabalhadoras, os programas de educação de jovens e adultos, ações de apoio e fomento às atividades produtivas de segmentos específicos (mulheres, comunidades tradicionais, usuários do sistema de saúde mental etc.), até o apoio às ações de pesquisa e extensão das instituições de ensino e pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas aos empreendimentos econômicos solidários, buscando a ligação entre conhecimento técnico-científico com os saberes locais, com respeito aos valores ético, social e ambiental constitutivos da economia solidária e da autogestão;

- b) **Potencialização das Políticas existentes:** Promoção da articulação das políticas, programas e ações de educação em economia solidaria, com vistas a potencialização das mesmas e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidário e suas organizações e processos de constituições de redes e cadeias produtivas;
- c) **Criação de ações e políticas que respondam à realidade dos empreendimentos e suas especificidades.** A partir de um diagnóstico das demandas dos empreendimentos econômicos solidários, é fundamental o desenvolvimento de ações e projetos voltados para o seu fortalecimento e sua articulação em redes e cadeias de cooperação. Como modalidades de apoio, deve-se prever o intercâmbio de experiências e a cooperação entre os próprios trabalhadores associados, de diferentes empreendimentos ou setores, e entre os EES e as entidades de apoio (governamentais ou não);
- d) Como estratégia de financiamento das ações e programas de formação e assessoria técnica para a economia solidária, torna-se fundamental a constituição de um fundo para fornecimento de crédito e fomento aos empreendimentos econômicos, ou o acesso aos fundos públicos instituídos para a promoção de políticas voltadas à formação/qualificação social e profissional, assessoria técnica, formação de redes e cadeias, consumo ético e solidário etc.

### **3. Instrumentos e competências das políticas de formação em economia solidária.**

#### **3.1 O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES.**

O Conselho Nacional, com assessoria do Comitê Temático de Formação e Assessoria Técnica, é o principal espaço de elaboração, debate e deliberação das proposições referentes a educação em economia solidária considerando as deliberação das Conferências Nacionais, relativas ao tema.

#### **3.2 A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE.**

Cabe a SENAES/MTE, a sensibilização, mobilização e articulação das ações de formação em economia solidária desenvolvidas nos vários órgãos governamentais para favorecer a inclusão da economia solidária nas respectivas estratégias formativas. A SENAES/MTE através de políticas públicas deverá executar as seguintes atividades:

- a) Sistematização de maneira permanente do debate sobre princípios e diretrizes metodológicas da formação em economia solidária para elaboração de uma referência nacional baseada na *pedagogia da autogestão*;
- b) Ações de formação de formadores formadoras;
- c) Execução das ações, de âmbito nacional, de formação/educação;
- d) Produção e socialização de material pedagógico, subsídios para a formação (textos, cartilhas, vídeos);
- e) Implantação de sistema de informações atualizado sobre as experiências de formação/educação em economia solidária;
- f) Articulação com demais Centros e Escolas Nacionais de Formação;
- g) Articulação com demais políticas e ações de educação.

### **3.3. Os Órgãos Governamentais responsáveis pela implementação de planos, programas e ações de formação.**

Os órgãos do Governo Federal responsáveis por planos, programas e ações que envolvem formação, qualificação social e profissional, educação e assistência técnica deverão contribuir de forma efetiva para o fortalecimento da economia solidária enquanto estratégia emancipatória. Para tanto deverão desenvolver seus processos formativos em consonância com o presente Termo de Referência, priorizando parcerias com as políticas de fomento à economia solidária, com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Fomento a Economia solidária, com as Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária e incentivando a organização e consolidação sustentável de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas representações.

### **3.4. As Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária (EAF's).**

A experiência histórica das EAF's deve ser vista como fundamental para a formulação das políticas e estratégias formativas em economia solidária. As entidades, em parceria com as políticas de formação em economia solidária deverão fortalecer a economia solidária desenvolvendo ações de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários de qualificação social e profissional, educação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

### **3.5. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's).**

Os EES's se constituem em principais sujeitos e beneficiários das políticas implementadas. São as organizações definidas que de acordo com os critérios do Sistema de Informações de Economia Solidária (Portaria Ministerial, nº 30 de 20 de março de 2006) são coletivas, autogestionárias, permanentes, e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

### **3.6. Instituições de ensino médio e superior**

As instituições da rede de ensino médio e superior possuem papel fundamental na formação/educação e formadores e assessores técnicos, desenvolvimento e socialização de tecnologias, pesquisas, incubação, tecnologias de gestão e organização do processo produtivo. Devem, para tanto, considerar o próprio local de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários como espaços de aprendizagem e colaboração para pesquisas, visando o fortalecimento das iniciativas de economia solidária.